



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 192 - Julho 2013

NOSSA OPINIÃO

- **A luta dos povos que vivem do mangue: uma luta pela visibilidade, pelos direitos e contra o consumo destrutivo**

O FOCO DESTE BOLETIM: OS MANGUEZAIS

- **Luta e resistência das comunidades de mangue na América Latina**
Em junho de 2013, em Monterrico, Guatemala, delegados de Brasil, Cuba, México, El Salvador, Honduras, Peru, Venezuela e Guatemala celebraram a VI Reunião do Conselho Diretor da Redmanglar Internacional para a Defesa dos Territórios Marinhos Costeiros e da Vida Comunitária.
- **Guatemala: Isla Chicales – as terras estatais devem ser manejadas pelas comunidades**
Há vários anos, a comunidade de Isla Chicales implementou ações e medidas para a conservação do mangue, quando se deram conta da degradação do ecossistema.
- **Brasil: lutar e defender nosso território pesqueiro**
As costas do Brasil estão sob grave ameaça de parte de uma série de megaemprendimentos. Privatização dos cursos d'água, concessão das águas públicas e piscinas para a implementação de criadouros de peixes são algumas das ações que põem em risco os manguezais e a vida dos povos.
- **Ecuador: Um poema para as mulheres do manguezal**
Linver Nazareno dedica esta "décima" às mulheres que habitam o manguezal, em uma homenagem ao trabalho que enfrenta, todos os dias.
- **A campanha da SSNC para salvar os mangues e seus povos**
A Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC, na sigla em inglês) lançou em 2011 a campanha ANTISCAMPI (contra o lagostim), com o objetivo de influenciar uma mudança de comportamento no consumo de camarões na Suécia.
- **Indonésia: Manguezais para a vida**
Indonésia tem a maior área de manguezal do mundo em termos de extensão. No entanto, a condição dos manguezais vem decaindo ano a ano, tanto em qualidade quanto em quantidade.
- **Bangladesh: impactos da indústria do camarão sobre as mulheres**
Os padrões negativos de concentração de terra e intimidação nas áreas de criação de camarão nos arredores de Khulna, afetam claramente a famílias inteiras cujas terras e meios de subsistência foram destruídos.

- **Tanzânia: Conservação de manguezais... para o turismo e as grandes empresas**

O efeito de concentração de terras causado pelos projetos de conservação raramente é levado em conta na discussão atual sobre a “concentração de terras” global. Na Tanzânia, onde cerca de 40% da área terrestre do país estão sob alguma forma de proteção ambiental, as áreas de conservação têm aumentado constantemente desde os tempos coloniais, levando à perda de terra e acesso por parte de pequenos agricultores, pastores e pescadores.

POVOS EM AÇÃO

- **Atividades no Dia Internacional de Defesa do Ecossistema Mangue no Equador**
- **Mangue, soberania alimentar dos povos costeiros**
- **Parem a conversão de florestas de mangue**

RECOMENDADOS

- **“Langostinos fuera del plato”**
- **“Yo vivo en el bosque del manglar”**
- **“Llora el Manglar”**
- **“Cuestiona tu Langostino”**

NOSSA OPINIÃO

- A luta dos povos que vivem do mangue: uma luta pela visibilidade, pelos direitos e contra o consumo destrutivo

(Photo: Greenpeace International)

O manguezal, em sua condição de floresta, poderia ser considerado como a mais esquecida ou invisível floresta tropical do planeta, e seus habitantes, os mais esquecidos e invisíveis entre as populações que dependem diretamente das florestas para sua sobrevivência.

Mas a importância dos manguezais e das populações que os conservam é inegável. Basta ver o chamamento que faz este mês a rede em defesa dos mangues, a Redmanglar Internacional, no qual anuncia o 26 de julho como Dia Internacional para a Defesa do Ecossistema Mangue. O chamamento destaca as funções de reprodução, alimentação e refúgio que cumprem os manguezais das zonas costeiras do mundo para a grande maioria – ou 75% – das espécies tropicais, além de ser o meio de sustento de milhões de famílias em todo o mundo.

Comunidades e ONGs que defendem o mangue e o modo de vida de suas populações fazem um enorme esforço cotidiano contra a “invisibilidade” desse ecossistema e de seus povos, enfrentando uma onda contínua de projetos privatizantes que incluem criação de camarões e peixes, grandes portos para exportação, turismo em grande escala, centrais siderúrgicas, parques eólicos, exploração de petróleo, mineração, centenas de projetos de hidrelétricas, além de monocultivos industriais, como o de dendê e cana de açúcar, que invadem e contaminam os manguezais.

Lutar pela defesa dos mangues significa, em primeiro lugar, defender os direitos das populações sobre os territórios, rios e mangues dos quais elas dependem. Isso não importa aos protagonistas do atual modelo

destrutivo de desenvolvimento, mas eles continuam afirmando que estão preocupados com o meio ambiente, promovendo uma “economia verde”, “sustentável”, e usando cada vez más “energias renováveis”. Um bom exemplo da contradição entre esse discurso e a realidade é o que ocorre na região costeira do estado do Maranhão, no Brasil, nas proximidades da cidade de São Luís, onde a empresa brasileira Suzano Papel e Celulose pretende instalar um porto de exportação de “pellets” (granulados) de madeira provenientes de plantações industriais de eucaliptos. Enquanto essas plantações de biomassa já estão invadindo e destruindo os territórios das comunidades tradicionais do Baixo Parnaíba, no interior do estado do Maranhão, o porto projetado invadiria e destruiria uma zona de rios, manguezais e mar, da qual depende o sustento de 500 famílias. Surge, então, uma pergunta: o que há de “renovável”, “verde” ou “sustentável” em um projeto que arrasa a vegetação e que vai destruir mais mangues no Brasil para contribuir com um aumento do uso de “energia renovável” na Europa, para onde os pellets vão ser exportados e onde serão usados para gerar eletricidade que alimente um consumo energético alto, para não dizer excessivo?

Em lugar de se abster desse tipo de projetos e enfrentar as causas subjacentes da destruição dos mangues – ou seja, tratar de transformar um modelo de produção e consumo que, cada vez mais, requer concentrar, privatizar, destruir terras e expulsar populações para garantir lucros aos principais interessados, como os bancos ou as empresas – o que surgiu como novo, paralelamente à contínua destruição dos mangues, com exceção de algumas zonas salvas como parques costeiros, foram as propostas de “carbono azul”, que se consideram como o “REDD+ dos mangues e das zonas costeiras”.

Se for verdade o que afirmam os defensores do “carbono azul” – que o mangue e os ecossistemas costeiros armazenam, em general, vastas quantidades de carbono, nada seria mais urgente que conservá-los em nível mundial. Lutar pelos direitos territoriais das populações que dependem desses ecossistemas seria a forma mais segura de conservar essas florestas tão ameaçadas e garantir o sustento das comunidades que delas dependem. No entanto, as diversas iniciativas que defendem o “carbono azul” – divulgadas em páginas na internet – não falam de direitos. Em geral, afirmam que as comunidades se “beneficiarão” ou “serão contempladas” nos projetos de carbono, isto é, com a esperada venda do carbono “armazenado”. Mas não há garantias disso, e o REDD+ está em plena crise, o que não parece impedir que os fundos de carbono também ofereçam o “carbono azul”, incentivando empresas privadas a investir, sob promessa de um “bom retorno” com o comércio dos “ativos” de carbono. Mas é necessário perguntar: como conservar o mangue com investidores que situados dentro de um modelo baseado na destruição e que incentiva, de forma contínua, as atividades citadas anteriormente, que são justamente as que ameaçam a sobrevivência dos mangues?

Em lugar disso, acreditamos ser necessário concentrar esforços para apoiar as organizações comunitárias, ONGs e diversas redes que lutam pelos direitos territoriais das populações que dependem dos mangues e que destacam o importante papel das mulheres nas comunidades. Também é uma luta pelo reconhecimento do modo de vida dessas pessoas e de sua identidade como população diferenciada, da importância da pesca artesanal para a soberania alimentar das comunidades e da região que habitam, e da contribuição dessas comunidades à conservação do meio ambiente.

Como luta paralela, com forte caráter de solidariedade com os povos do mangue, são desenvolvidas campanhas que buscam sensibilizar os consumidores sobre os produtos diretamente relacionados à destruição desses ecossistemas. Um bom exemplo é a campanha realizada na Suécia (ver artigo neste boletim), com uma mensagem clara: não consumir um produto – o camarão – cuja produção industrial é responsável pela destruição de algo tão importante como os manguezais. Nesta campanha, não se sugere como “alternativa” o consumo de um camarão “certificado” – algo que para os defensores do “carbono azul” seria uma “solução” para evitar a contínua destruição dessas áreas. Por sua vez, as

organizações comunitárias e suas redes resistem fortemente a essa ideia falsa do “camarão certificado”, ou seja, “sustentável” (ver declaração da Redmanglar, neste boletim).

Somamos nossa voz às que afirmam claramente que não há possibilidade de uma produção industrial de camarão “sustentável”, como também é uma ideia falsa querer produzir celulose e papel sustentável a partir de monocultivos de árvores plantadas em grande escala. Trata-se de formas de produção que são, por definição, insustentáveis e destrutivas para o futuro das florestas e suas populações. O que importa é mudar os modelos de produção e consumo dominantes no mundo.

Início

O FOCO DESTA BOLETIM: OS MANGUEZAIS

- Luta e resistência das comunidades de mangue na América Latina

Em junho de 2013, em Monterrico, Guatemala, delegados de Brasil, Cuba, México, El Salvador, Honduras, Peru, Venezuela e Guatemala celebraram a VI Reunião do Conselho Diretor da Redmanglar Internacional para a Defesa dos Territórios Marinhos Costeiros e da Vida Comunitária.

Como resultado da reunião, a “Declaração de Monterrico” faz uma avaliação dos países da região, apontando a dominação que sobre elas exerce “um modelo de capitalismo extrativista e voraz, sustentado com a cumplicidade dos governos que ajustam os marcos jurídicos nacionais e o internacional. Através de suas instituições e sua infraestrutura, esses governos também incentivam a privatização e a concentração do território e dos ecossistemas costeiros para facilitar o empreendimento de grandes investimentos na extração de minerais, energia eólica, hidrelétrica e matérias primas necessárias para alimentar um sistema altamente consumista”.

O coletivo se pronunciou contra “todas as práticas que, disfarçadas de ecológicas, estão acompanhando financeiramente este modelo, como a certificação da criação de camarões, o programa REDD+ e o mercado de “créditos de carbono”, já que eles “prejudicam os direitos dos povos ancestrais do mangue, que foram espoliados e desalojados de seus territórios e meios de vida, pondo em risco sua sobrevivência”.

A declaração também denuncia que a concessão de áreas de pesca tradicional à aquicultura industrial, a impunidade com que a pesca de arrastão opera na maioria dos países, sobre-explorando os pesqueiros, e o dano ambiental que os grandes monocultivos de cana de açúcar e dendê estão provocando nas bacias costeiras constituem “um claro processo de genocídio ambiental dos pequenos pescadores artesanais em todo o continente”.

Panorama da região

Os representantes das comunidades costeiras ofereceram uma perspectiva da situação atual de seus manguezais:

GUATEMALA

A Coordenadora Guatemalteca pela Defesa dos Manguezais e da Vida denuncia os casos de destruição do mangue da zona costeira da Guatemala – muitos dos quais acontecem diante da vista das autoridades governamentais – bem como a concentração dos territórios e meios

de vida das comunidades costeiras, e saúda os processos de defesa local nas comunidades de Santa Odilia, Isla Chicales, San Antonio Los Encuentros, Tulate, Iztapa e Champerico.

CUBA

A delegação destaca que foi possível estudar os perigos, as vulnerabilidades e os riscos que afetam a zona costeira e fazer a avaliação dos efeitos da elevação do nível do mar nesses ambientes. Os resultados são utilizados para melhorar os processos de ordenamento territorial da zona costeira.

MÉXICO

A partir do governo, promovem-se grandes projetos e concessões para a mineração, a indústria petroléira, os monocultivos, os parques eólicos, as represas hidrelétricas e o turismo em massa, os quais ameaçam os ecossistemas costeiros e o território dos povos originais.

O representante no encontro afirmou: “Estamos convencidos de que, diante dos efeitos da mudança climática e sua importância para a soberania alimentar de nossos povos, o mangue deve ser elevado à categoria de ecossistema prioritário para conservação. Nós nos manifestamos contra as reformas da lei agrária que tentam facilitar a privatização e a desapareção da propriedade social através do domínio pleno das terras”.

EL SALVADOR

A busca do lucro por parte de grandes empresas nacionais e transnacionais invadiu e saqueou os territórios, como é o caso da Baía de Jiquilisco, Usulután, na qual estão sendo concentradas terras e se desenvolvem projetos de infraestrutura para abrir caminho ao investimento em megaturismo, impulsionado por mecanismos como a Corporación Cuenta del Milenio, fundo doado pelos Estados Unidos (conhecida em El Salvador como FOMILENIO).

HONDURAS

Os delegados de Honduras denunciaram a sobre-exploração, o avanço de monocultivos como a cana de açúcar e a criação de camarões como algumas das causas da destruição acelerada do Golfo de Fonseca e todos os seus recursos.

Também reivindicaram uma revisão da nova lei de mineração, que ameaça destruir milhares de hectares de áreas naturais protegidas e a vida dos povos que as habitam, e exigiram retirar da agenda legislativa a proposta da indústria do camarão, que lhe permite transferir, hipotecar e vender as concessões.

PERU

As organizações integrantes do CONDEM-Peru demandaram, entre outras coisas, que se interrompa a expansão das indústrias do camarão e do petróleo, em função de seus impactos sobre os manguezais.

As famílias vinculadas a atividades extrativistas nos manguezais estão comprometidas com

sua defesa, porque ela garante a segurança alimentar dessas pessoas. Por isso, exigem mais espaço para participar das decisões e a aprovação do consentimento prévio, livre e informado das comunidades antes de prosseguir com um projeto. Também reivindicam que as concessões e as propriedades abandonadas possam ser transferidas aos pescadores artesanais, com vistas a uma produção responsável que contribua com suas necessidades econômicas.

VENEZUELA

A delegação da Venezuela disse que a atividade petroleira em zonas marinhas costeiras, a ampliação portuária, os empreendimentos turísticos, os monocultivos e a concentração de terras provocam graves impactos nos ecossistemas de mangue. Tudo isso é reflexo de um modelo de desenvolvimento equivocados, que expulsa as comunidades de pescadores artesanais e privatiza o patrimônio natural dos povos.

Os delegados presentes também exortaram a Assembleia Nacional a analisar uma Lei para a Proteção do Ecossistema de Mangue.

BRASIL

Os pescadores e pescadoras tradicionais têm compreendido historicamente a importância do ecossistema de mangue para o equilíbrio das espécies e o fortalecimento de sua identidade ancestral. Para eles e para elas, a atividade pesqueira é mais do que uma profissão, é um elemento de suas vidas pessoais, que contribui para garantir a soberania alimentar do povo brasileiro, fazendo dele o guardião de uma tradição milenar.

Nessa condição, assumiram uma luta frontal contra o atual modelo de desenvolvimento baseado em políticas de privatização dos cursos d'água, através da lei de concessões de água para a implementação da aquicultura em grande escala, flexibilização das mudanças jurídicas para o fortalecimento dessa atividade e ampliação de diversos projetos de mineração, hidrelétricas, represas, turismo de massas, termoelétricas, parques eólicos, indústrias de petróleo, estaleiros e portos navais.

A Redmanglar Internacional dá seu apoio à luta dos pescadores e pescadoras brasileiros e solicita das autoridades competentes que aprove o projeto proposto por eles de Lei de Regularização dos Territórios Pesqueiros, para salvaguardar e proteger seus territórios ancestrais para esta e as próximas gerações.

A organização declarou, por fim, a necessidade de realizar a unidade e a aliança com todas as forças, movimentos progressistas, forças revolucionárias, entidades e instituições que apoiam as lutas pela proteção e recuperação dos mangues e dos direitos das comunidades ancestrais que dependem deles – símbolo de vida e não simples mercadoria.

Por ocasião do 26 de julho, Dia Internacional pela Defesa do Ecossistema Mangue, sob o lema “Mangue, soberania alimentar dos povos costeiros”, convocam-se as organizações de base dos países membros da Redmanglar Internacional e os não membros: Lutar, lutar e resistir, resistir.

Com base em material enviado pela Redmanglar. Para ver a declaração completa de Monterrico e a nota de imprensa pelo Dia Internacional do Mangue, visite <http://www.redmanglar.org>

- Guatemala: Isla Chicales – as terras estatais devem ser manejadas pelas comunidades

A comunidade de Isla Chicales, situada em Nueva Concepción Escuintla, compõe-se de cerca de 140 famílias que direta e indiretamente se beneficiam da pesca e outros bens do ecossistema de mangue. Há vários anos, quando se deram conta da degradação do ecossistema, elas implementaram ações e medidas para sua conservação, como a autorregulação comunitária da pesca e da caça e o reflorestamento do mangue em áreas alteradas.

Geograficamente, Isla Chicales não é uma ilha, e seu nome faz referência ao fato de estar cercada por fontes de água por todos os lados. Mas as terras úmidas e os manguezais dessa comunidade estão realmente sendo isolados e degradados por um intenso processo de concentração de terras destinadas ao monocultivo de melancia, cana de açúcar, banana, dendê e a fazendas de camarão.

Como consequência disso, os habitantes locais vão ficando sem possibilidade de semear seus alimentos, arrendar as terras ou ter acesso aos pesqueiros locais, gerando uma dramática situação de perigo para as famílias pescadoras e camponesas, que estão perdendo seus meios de vida e subsistência e sua soberania alimentar.

Em uma viagem realizada no mês de maio por representantes do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e da Redmanglar Internacional, foi possível constatar o impacto dos monocultivos sobre os meios de vida locais. Foram recolhidos testemunhos de moradores, que enfatizaram os problemas ocasionados pela expansão da cana de açúcar, como a concentração de terras, o uso e o abuso das fontes de água, incluindo desvio e represamento dos rios, uso de agrotóxicos e os impactos provocados pela queima da cana.

Quando consultamos os moradores locais sobre o que significa o mangue para as comunidades costeiras, eles responderam:

- refúgio para os peixes
- barreira contra os maremotos
- gerador de um bom ambiente para viver (microclima)
- fonte de lenha e madeira para nossas casas
- proporciona trabalho para as mulheres (pesca)
- grande biodiversidade
- pesca de subsistência e comercial em pequena escala
- estreita relação com os estuários (pesca)
- fonte de alimentação sadia, pois todos, até o mais pobre e o mais idoso, podem ter acesso,”

“É nossa vida, é daí que comemos e vivemos” foi a conclusão de um dos representantes locais, que teve total aprovação de seus pares.

Por outro lado, a partir de uma visita recente dos membros do Conselho Diretor da Redmanglar Internacional, realizou-se uma avaliação dos impactos ambientais que vivenciados em Isla Chicales a partir da chegada dos monocultivos agrícolas e das fazendas de camarão, dos quais se destaca que:

- Essas atividades não respeitam a legislação ambiental, represam rios e fontes d’água, cortam árvores,

inclusive aquelas consideradas protetoras da água e do solo, como o mangue, que é uma espécie protegida, despejam resíduos sem tratamento nos rios.

- Além disso, degrada-se a faixa hidrorreguladora ao redor dos estuários. O avanço contínuo da fronteira agrícola teve como resultado a violação gradual da norma que estipula respeitar 50 metros da vegetação natural em ambas as margens dos rios como forma de conservar minimamente a faixa hidrorreguladora responsável por proteger o rio da erosão dos solos e, portanto, do fechamento de partes do rio e de estuários na zona costeira. A redução da capacidade de autodepuração desses ambientes acaba por provocar a morte do mangue, com impactos sobre a fauna associada e, como resultado, as comunidades locais.

- Os impactos provocados sobre o ecossistema de mangue geram uma perda de biodiversidade, em função do significado dessa formação vegetal para o ciclo de vida dos ecossistemas costeiros e as bacias hidrográficas. Também deixam os ecossistemas costeiros mais vulneráveis diante de alguns dos efeitos da mudança climática, como a elevação do nível do mar e a resultante penetração na costa, diminuindo a capacidade do manguezal de reduzir o perigo de inundação, mitigar a intrusão marinha e, por consequência, a salinização dos aquíferos. Além disso, a deterioração do mangue diminuiu significativamente a produção de nutrientes para as espécies marinhas, reduzindo assim, de maneira sensível, as populações dessas espécies que servem de sustento às comunidades locais.

O papel das comunidades locais na defesa do manguezal

A entrega de vastas áreas de mangue a interesses particulares por parte da OCRET (Agência de Controle das Áreas de Reservas Territoriais do Estado, na sigla em espanhol), implicou um aumento da concentração de terras e da perda da soberania alimentar das populações locais. Anos atrás, a OCRET cedeu mais de 250 hectares de manguezal ao empresário José Bonilla, fazendeiro dedicado à plantação de melancia. Como consequência disso, as famílias que residem em Isla Chicales viram limitado seu acesso e seu uso do ecossistema do mangue.

Diante de um novo episódio de degradação do ecossistema em seu território por parte de um fazendeiro dedicado à plantação de cana de açúcar, a comunidade de Isla Chicais, junto a outras comunidades locais e com o apoio da prefeitura de Nueva Concepción, respondeu por meio de uma denúncia legal.

Eles conseguiram influenciar o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Nacional de Florestas (INAB, na sigla em espanhol) e o Conselho Nacional de Áreas Protegidas (CONAP). Como resultado de suas denúncias, as atividades na propriedade responsável pela degradação das terras úmidas e do mangue foram interrompidas pouco antes de se plantar a cana. Seus responsáveis tiveram que assinar uma ata de compromisso onde se obrigavam a reflorestar o mangue afetado e a deixar uma faixa de terreno sobre a terra úmida, onde não se poderia semear cana. Para a comunidade de Isla Chicales, esta sementeira de mangues em uma faixa de 6 metros de largura por uns dois quilômetros e meio de comprimento, realizada no primeiro semestre de 2013, foi uma grande conquista. A faixa de mangue também protegerá a comunidade de possíveis inundações no futuro.

Em resposta ao significativo avanço da concentração de terras nos últimos anos, a Coordenadora

Guatemalteca para a Defesa dos Manguezais e da Vida – COGMANGLAR – a Redmanglar Internacional e o Conselho Comunitário de Desenvolvimento – COCODE – de Isla Chicales, analisam a possibilidade de que as comunidades locais possam ter acesso a terras estatais e arrendá-las, já que a maior parte da zona costeira guatemalteca pertence ao Estado (chegando até cerca de três quilômetros terra adentro).

Com essa iniciativa, as comunidades costeiras estariam contribuindo com seus conhecimentos sobre o uso, o manejo e a conservação do mangue, ao mesmo tempo em que protegem um dos ecossistemas mais ameaçados do país.

Carlos Salvaterra, Secretário-executivo da Redmanglar Internacional, email: salvaterraleal@gmail.com. Com informações obtidas na saída de campo realizada por WRM, Redmanglar e Cogmanglar, em maio de 2013, e da visita realizada pelo Conselho Diretor da Redmanglar em junho de 2013.

Início

- Brasil: lutar e defender nosso território pesqueiro

As costas do Brasil estão sob grave ameaça de parte de uma série de megaemprendimentos. Privatização dos cursos d'água, concessão das águas públicas e piscinas para a implementação de criadouros de peixes são algumas das ações que põem em risco os manguezais e a vida dos povos. As mudanças no Código Florestal favoreceram as atividades da aquicultura industrial, apoiando as fazendas de camarão, que se encontravam em declínio devido ao vírus da mancha branca. Essas indústrias tiveram suas dívidas praticamente perdoadas pelo governo, apesar dos altos custos ambientais e sociais de suas operações.

Outra atividade de grande impacto é a das represas hidrelétricas. Muitas de nossas comunidades, expulsas de nossos territórios para construir grandes represas, não têm acesso a energia. Essas construções afetam a dinâmica dos rios e das espécies e seus ciclos de reprodução, razão pela qual diminui a produção dos ecossistemas, gerando graves impactos para os povos tradicionais. Toda essa situação inviabiliza a vida de pescadores e pescadoras do Brasil.

O manguezal está cercado, e não apenas por cercas de concreto e arame farpado. Recentemente, na cidade de Maragogipe, no estado da Bahia, um fazendeiro instalou uma cerca elétrica em uma zona de mangue, causando a morte de um coletor de caranguejos que acidentalmente tocou no fio elétrico.

Diante desses graves problemas, o que vemos é que deslegitimaram nossos discursos, porque os situaram no âmbito do romântico. É por isso que a nós, povos tradicionais, que saímos da própria terra úmida e nos unimos ao manguezal, só nos resta lutar e defender nosso território.

O Estado tratou de invisibilizar o nosso trabalho; o governo diz que não produzimos muito, mas nós contribuimos com a produção pesqueira do país e essa é a nossa base para conquistar o respeito da sociedade. Esse é precisamente um dos desafios que enfrentamos: divulgar a importância da viabilidade econômica dos pequenos produtores – agricultores ou pescadores artesanais – e, com isso, trabalhar contra a ideia de que não produzimos, de que somos povos atrasados e que, por isso, eles têm que nos “desenvolver”. O que se percebe com essa atitude é um profundo racismo ambiental, porque esses projetos tornam inviável a nossa vida, e isso implica um ataque aos povos costeiros.

Por todas essas razões, as lutas devem ser integrais; devemos ver o desenvolvimento e o território como

dois elementos que não estão separados. Projetos como mineração, hidrelétricas, turismo em grande escala, fazendas de camarão e monocultivos acontecem, todos, dentro do mesmo território que habitam as comunidades. Por isso, a proposta de defesa do território deve ser mais ampla; para nós, o território é nossa forma de vida, é um conjunto de saberes, fazeres e sabores.

Já faz algum tempo que iniciamos a campanha de legalização dos territórios pesqueiros e tratamos de impulsionar uma lei específica para proteger e garantir o nosso território. No Brasil e, em particular, na Bahia, os espaços de pesca foram tomados por interesses privados; diante dessa situação, nós nos organizamos e surgiu o Movimento de Pescadores e Pescadoras – MPP – com a finalidade de impulsionar políticas e leis para os povos do mar e os povos da água. O Movimento tem mais de uma década de existência e nasceu da necessidade que tinha o povo de se organizar para enfrentar as lutas contra as diversas ameaças; quando se organizam, as pessoas podem exigir seus direitos, podem exigir dos governos a criação de leis específicas para a sociedade.

Por essas lutas históricas, hoje em dia, os pescadores no Brasil, têm os mesmos direitos que um membro do governo ou um funcionário público; têm aposentadorias e previdência social. Para chegar a obter essas conquistas, passamos por muitas lutas e fomos movidos por uma forte convicção sobre a reafirmação de nossa identidade pesqueira artesanal. Essa identidade é fundamental, e ainda mais quando, em países do Terceiro Mundo, considera-se aquilo que é local como algo de menor qualidade. Por isso, o MPP tem tratado de elevar a importância social e cultural de uma atividade milenar como a pesca, que deveria ser considerada como patrimônio cultural.

Elionice Sacramento, pescadora do estado da Bahia, Brasil, e integrante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP). Adaptação de texto de seu discurso na reunião do Conselho Diretor da Rede Mangue Internacional 2013.

Início

- Ecuador: Um poema para as mulheres do manguezal

(Photo: C-Condem)

Durante muitos anos, as “décimas” têm sido ferramenta de protesto dos povos negros do Equador, que ainda mantêm viva a tradição dos poetas “decimeros” quando denunciam a agressão sofrida por seu povo diante dos sistemas ambiciosos de poder, como o da indústria do camarão e outros empreendimentos industriais que destroem o mangue.

Linver Nazareno dedica esta “décima” às mulheres que habitam o manguezal, em uma homenagem ao trabalho que enfrenta, todos os dias.

Mulher do manguezal
Linver Nazareno

(Versão original em espanhol)

Lenha e mangue são teu carvão	Leña e mangle es tu carbón
A concha vai te esperar	La concha te va a esperar
O remo é o teu timão	Canalete es tu timón
Teu grande amigo é o manguezal	Tu gran amigo el manglar

No fogão a lenha cozinhas Os filhos, são tua diversão Os montes são teu remédio A sombra, tua proteção	El fogón es tu cocina Tus hijos tu diversión Los montes tu medicina La sombra tu protección
Um bom peixe é tua comida O coentro, teu tempero Mangue, barreira de vida Protegê-lo é tua razão	Un buen pescao tu comida La chillangua tu sazón Mangle barrera de vida Protegerlo es tu razón
Para apurar a comida Lenha e mangue teu carvão Pele curtida de esperança E de tanto madrugar	Para apurar la comida Leña e mangle tu carbón Piel curtida de esperanza Y de tanto madrugar
Tua mente te dá a força No lodo vais andar O fumo é tua paixão Fumaça pro mosquito espantar	Tu mente te da la fuerza En el lodo vas andar El tabaco es tu pasión Humo pa'l mosco espantar
O vento é tua grande canção O tapao [1] é teu manjar Pra te dar alimentação A concha vai te esperar	El viento es tu gran canción El tapao es tu manjar Pa darte alimentación La concha te va a esperar
Esquentas a citronella Antes do café da manhã Teu viver é tão simples Duro sabes trabalhar	Calientas el limoncillo Antes de desayunar Tu vivir es tan sencillo Duro sabes trabajar
O sol é teu fiel horário As ondas, teu coração A lua é teu calendário Teu gás, um saco de carvão	El sol es tu fiel horario Las olas tu corazón La luna es tu calendario Tu gas un saco e carbón
Para chegar ao estuário O remo é o teu timão Casca largando fumaça Os mosquitos é preciso espantar	Para llegar al estuario Canalete es tu timón Estopa botando humo Los moscos hay que espantar
Do coco tiraste o suco A tonga [2] é preciso preparar Minha arvorezinha de mangue Muitas comida me deste	Del coco has sacado el zumo La tonga hay que preparar Mi arbolito de manglar Mucha comida me has dao
Mil batalhas já travei Quando vou à labuta A vida me presenteou Meu grande amigo, o mangue	Mil batallas he librao Cuando me voy a faena` La vida me ha regalao Mi gran amigo el manglar

(1) Prato típico da província de Esmeraldas, preparado com peixe, banana verde e coentro.

(2) Merenda ou prato que se leva quando se trabalha longe de casa, típico de Manabí: arroz, peixe ou carne envolvidos em folhas de uma palmeira pequena chamada bijao. As mulheres costumam preparar a comida de manhã para comer mais tarde, na metade da jornada de trabalho.

Início

- A campanha da SSNC para salvar os mangues e seus povos

Há mais de 20 anos, a indústria do camarão alcançou seu auge a partir da criação em fazendas, causando graves impactos aos manguezais, bem como incontáveis violações aos direitos humanos dos povos dessas áreas.

A Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC, na sigla em inglês) lançou em 2011 a campanha ANTISCAMPI (contra o lagostim), com o objetivo de influenciar uma mudança de comportamento no consumo de camarões na Suécia.

Em um artigo para a Redmanglar, Kajsa Garpe, da SSNC, relata a experiência de sua campanha na Suécia: “Apesar de nossos esforços, combinados com os notáveis esforços de nossos associados, a demanda pelo camarão continuava aumentando. A importação de camarões peneídeos congelados registrou um aumento de 600% entre 2000 e 2010”.

Buscando dar um giro na campanha, a SSNC procurou “criar consciência mediante o uso de um infomercial (anúncio) direto, mas alegre, que foi lançado a partir da nova página da campanha, www.antiscampi.se, com um pouco de ajuda adicional por parte de alguns blogueiros influentes que haviam sido recrutados para a campanha. Hoje, a versão sueca no Youtube já recebeu mais de 115 mil visitas, enquanto a versão inglesa (Keep tiger prawns off your plate (lagostins fora do seu prato), <http://www.youtube.com/watch?v=kw0tkYK7oEM&list=PL20325D34102EA53B&index=6>) já recebeu quase 22 mil visitas.

A versão em espanhol (Langostinos fuera del plato, <http://www.youtube.com/watch?v=fPD5xQ-SGLw>) colocada na internet em dezembro de 2012, já recebeu 2.300 visitas. Posteriormente, a animação foi transmitida gratuitamente em vários canais de televisão comercial.

A página da campanha da SSNC no Facebook atingiu rapidamente mais de 10.000 pessoas.

Kajsa conta que a campanha passou a outra etapa em pouco tempo, transmitindo, através do relatório “Aguas turbias” (http://www.naturskyddsforeningen.se/sites/default/files/dokument-media/aguas_turbias.pdf) e o vídeo (<http://www.youtube.com/watch?v=hPJpPEH3I7o>), os casos de criação de camarões em Bangladesh e o cultivo de camarão orgânico no Equador, e no relatório “¿Sabes lo que desayunó tu cena?” (http://www.naturskyddsforeningen.se/sites/default/files/dokument-media/sabes_lo_que_desayuno_tu_cena.pdf), o caso da produção de farinha de peixe destinada a fazendas de camarão. O relatório e os vídeos tiveram muita audiência, sendo exibidos em horários de pico, em meios de comunicação da Suécia e outros lugares (como a rede estadunidense de televisão por satélite Link TV).

A campanha também contou com ONGs e membros das comunidades costeiras afetadas, que deram seus testemunhos. Suas visitas foram imensamente apreciadas, como ocorreu com Gautam Mondol, agricultor de Bangladesh, arruinado pela expansão das fazendas de camarão, cujo testemunho foi compartilhado ao

vivo por mais de mil pessoas.

Durante o ano de 2012, a campanha inspirou ONGs da Noruega e da Espanha a organizar suas próprias campanhas contra o consumo de camarão tropical de cultivo.

Há resultados quantitativos e qualitativos. Segundo dados fornecidos por Kajsa:

- quatro das cinco principais empresas varejistas de supermercados da Suécia deixaram de vender lagostins.
- também seguiram esse caminho a Sociedade Internacional de Restaurantes, agências de viagens, redes hoteleiras e uma longa lista de restaurantes.
- algumas empresas não apenas deixaram de vender camarões criados em fazendas, mas também ajudaram na difusão da informação e a elevar a consciência sobre os problemas ambientais.
- a campanha deu início a um movimento público de difusão de informações a restaurantes e supermercados.
- o movimento público está comprometido com a causa e trabalha como replicador da SSNC, tanto na internet quanto em meio ao público, em restaurantes e supermercados.
- observou-se uma redução significativa no consumo de lagostim, em nível local e dos atacadistas, que deixaram de comercializa-los.
- A campanha também foi apoiada por aclamados chefs, conhecidos nacional e internacionalmente, e por personalidades da televisão.

Um dos pilares da campanha, segundo relata Kajsa, é que ela contou com organizações locais das zonas afetadas, como “a Redmanglar Internacional, na América Latina, a CODDEFFAGOLF, em Honduras, e a C-CONDEM, no Equador”, com as quais a SSNC “aprendeu muito acerca da aquicultura industrial do camarão e seus impactos. Lemos seus relatórios, discutimos e escutamos suas histórias. O mais importante é que elas garantiram que conhecêssemos a realidade das comunidades afetadas. Como consequência, a força da campanha está em sua autenticidade. Sabemos do que estamos falando, não fazemos mais do que transmitir as vozes das comunidades costeiras afetadas”.

Baseado em “La campaña sueca contra los langostinos”, KajsaGarpe, SSNC, <http://www.redmangueinternacional.org/sitio/images/documentos/humedales.pdf>

Início

- Indonésia: Manguezais para a vida

Segundo o relatório The World's Mangroves 1980-2005 (FAO 2007), a Indonésia tem a maior área de manguezal do mundo em termos de extensão. No entanto, a condição dos manguezais vem decaindo ano a ano, tanto em qualidade quanto em quantidade. Em 1982, as florestas de mangue do país cobriam uma área de 4.25 milhões de hectares, enquanto, em 2009, ela foi estimada em menos de 1.9 milhão de hectares (KIARA, 2010).

Por exemplo, de acordo com o documento “Status of Environment in Indonesia 2009”, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente, “as florestas de mangue em Sumatra do Norte cobriam 306.154,20 hectares, 9,86% dos quais estavam em mau estado”.

O declínio da qualidade e da quantidade das florestas de mangue tem afetado a capacidade dos ecossistemas costeiros de funcionar como tampões. Eles são cruciais para a sobrevivência de espécies

costeiras e outras espécies marinhas, bem como para a sobrevivência das comunidades costeiras, devido ao aumento da abrasão, à redução das capturas na pesca, à intrusão de água do mar no interior, à propagação da malária e assim por diante.

Na costa leste de Sumatra do Norte, a área de mangue diminuiu 59,68%, passando de 103.425 hectares em 1977 para 41.700 em 2006 (Onrizal, 2006). Da mesma forma, dados sobre a região de Sumatra (2010) mencionam que as florestas de mangue no distrito de Langkat eram de 35.000 hectares, dos quais restam apenas 10.000 em bom estado. O declínio na quantidade e na qualidade é causado pela expansão das plantações de dendezeiros e de fazendas de camarão em áreas costeiras, as quais, além de danificar os ecossistemas costeiros, também têm um impacto negativo sobre a renda dos pescadores tradicionais.

O caso de Sumatra

A floresta de mangue é muito importante para as comunidades costeiras, como é o caso das comunidades da costa leste do distrito de Langkat, em Sumatra do Norte. Em Langkat, 35.000 hectares de florestas de mangue se estendem por 110 km limitrofes à regência (administração territorial) de Deli Serdang Regency e o distrito de East Aceh, em Nanggroe Aceh Darussalam. Só os 10 mil hectares restantes estão em boas condições.

As comunidades costeiras estão muito preocupadas com a redução da floresta de mangue, que não só afeta a renda dos pescadores, mas também torna as comunidades mais vulneráveis aos desastres. Em termos de renda, por exemplo, os pescadores têm de ir mais longe do estuário e entrar no mar para pescar.

O dano ao ecossistema de mangue vem acontecendo desde 1980, pouco depois de o governo implementar a expansão de fazendas de camarão. A propagação de doenças afetou a qualidade do camarão, bem como a qualidade do ambiente costeiro.

A conversão de florestas de mangue em plantações de dendê ocorreu em quase todas as áreas costeiras em Langkat, incluindo Secanggang, Tanjung Pura, Gebang, Babalan, Sei Lapan, Brandan West, Pangkalan Susu, Besitang e Pematang Jaya, com as comunidades costeiras as rejeitando.

Tabela I. O amplo dano às florestas de mangue em Langkat

No.	Subdistrito	Área (Ha)	Área – muito afetada (Ha)
1	Secanggang	9.520	1.125
2	Tanjung Pura	2.750	2.110
3	Gebang	4.959	4.959
4	Babalan	1.700	1.200
5	Sei Lapan	1.200	885
6	Brandan Barat	4.808	4.808
7	Besitang	5.457	5.457
8	Pangkalan Susu	4.876	4.876
9	Pematang Jaya	-	-
	Total	35.000	25.420

Tabela II. Conversão de florestas de mangue

No	Resultados da conversão	Amplitude (Ha)
1	Fazendas; plantações de dendê	19.750
2	Corte de manguezais	980
3	Dano	3.450
4	Outros usos	3.040
	Total	25.420

As empresas que foram denunciadas por práticas que converteram florestas de mangue em plantações são PT Sari Bumi Mangrove (SBB), PT. Pelita Nusantara Sejahtera (PNS), PT. Marihot, PT. Buana, PT CP, bem como representantes individuais do partido vencedor das eleições de 2009. A Associação dos Pescadores Tradicionais da Indonésia (KNTI) avalia que o programa de reabilitação de florestas e terras, em curso desde 2006-2008, fracassou porque as práticas de conversão de mangues continuam em grande escala.

A conversão de manguezais coloca novos problemas para as comunidades pesqueiras e costeiras do distrito de Langkat, Sumatra do Norte, como: (1) a erosão costeira devido à conversão de ecossistemas de mangue no subdistrito de Pesisit e em Small Island, distrito de Langkat, (2) perda de alguns lugares onde as comunidades costeiras ganhavam a vida nas aldeias de Perlis, Kelanta, Lubuk Kasih e Pangkalan Batu, (3) custos cada vez mais elevados para os pescadores, pois eles precisam ir mais longe, até o mar, em busca de peixes, (4) aumento potencial de conflitos; (5) perda de oportunidades de uso da terra para a agricultura, (6) perda de água subterrânea como fonte de água potável para 180.000 habitantes da comunidade de Haru Bay, Langkat, devido à intrusão de água do mar, e (7) risco crescente para as comunidades em função de marés altas, devido à perda de ecossistemas de mangue.

Perda de manguezais

Nas últimas duas décadas, um terço das florestas de mangue foi destruído no mundo. A Royal Society do Reino Unido, composta de muitos dos cientistas mais ilustres do mundo, mencionou que o dano foi causado pela atividade humana, principalmente a expansão de lagoas para fazendas de camarão.

A Coalizão Popular pela Justiça aos Pesqueiros (KIARA) estima que a extensão das florestas de mangue na Indonésia foi drasticamente reduzida, de 4,25 milhões de hectares em 1982 a menos de 1,9 milhão em 2013. A degradação das florestas tem levado à perda de controle de inundações e, conseqüentemente, à perda de produtividade de pesqueiros e outros habitats costeiros, enquanto aumenta ainda mais a vulnerabilidade das comunidades costeiras a tempestades e vagalhões. Como resultado, os meios de subsistência se desconectam e a dependência de drogas aumenta nas comunidades costeiras.

O governo, principalmente do Ministério dos Assuntos do Mar e Pesqueiros – vê a natureza como uma simples mercadoria para o benefício de um pequeno número de pessoas. O dano aos manguezais reflete a falta de valorização do papel dos manguezais por parte das autoridades.

O estudo da Royal Society descobriu que o dano às florestas de mangue causado pela expansão das fazendas de camarão não é comparável às perdas no bem-estar das comunidades costeiras e na natureza. Na Tailândia, por exemplo, fazendas de camarão dão um lucro de 9.632 dólares por hectare, que só beneficiam um punhado de pessoas. Mesmo assim, essas fazendas causam grandes danos, os quais a Royal Society estimou em, pelo menos, 12.392 dólares. Embora devam ser examinados com cautela, os cálculos dos danos resultantes dessas atividades indicam que o público paga um custo enorme, e não apenas financeiro, que supera os lucros obtidos por uns poucos.

A experiência da Tailândia, onde os ganhos são privatizados e os custos, pagos pelo público, deve proporcionar políticas orientadoras relacionadas à proteção contra a exploração de ecossistemas importantes e críticos, como os manguezais, que, além disso, dizem respeito a vida de muitas pessoas. Os três principais fatores que causam danos aos manguezais na Indonésia são:

Em primeiro lugar, a conversão para expansão da indústria de aquicultura, como é o caso da província de Lampung. Em segundo lugar, a conversão de florestas de mangue para a expansão urbana, como aconteceu no Golfo de Jacarta, Padang (Sumatra Ocidental), Makassar e Manado (Sulawesi do Norte). Em terceiro lugar, os danos causados pela poluição ambiental. A atual expansão das plantações de dendezeiros também agrava os danos aos ecossistemas de manguezais na Indonésia.

Como resultado das atividades de monitoramento realizadas pela KIARA, no distrito de Langkat, Sumatra do Norte, por exemplo, a conversão de mangues em plantações de dendê se estendeu até uma distância de menos de 5 metros da costa, o que, obviamente, não está em conformidade com o requisito legal de proteção dos ecossistemas costeiros no país. Se essa tendência continuar, haverá mais desastres ecológicos intensos no arquipélago indonésio.

Os manguezais como espaço para viver

A Indonésia, que tem um quinto dos manguezais do mundo, está passando por um processo de destruição maciça causado pelo setor da aquicultura, principalmente as fazendas de camarão, resultando na perda de renda para os pescadores locais.

Uma das principais ameaças à sustentabilidade dos pesqueiros é a destruição dos ecossistemas costeiros, incluindo as florestas de mangue, exacerbada pela mudança climática. O efeito é o aumento da temperatura dos oceanos e sua acidificação, acelerando o processo de mudanças na condição dos ecossistemas aquáticos. As mudanças climáticas vão alterar a distribuição e a produtividade de peixes e outras espécies marinhas e de água doce, o que tem um impacto sobre a sustentabilidade da pesca e da aquicultura, principalmente para as comunidades costeiras cuja subsistência depende da pesca.

Ironicamente, as zonas costeiras e os pesqueiros são agora tratados como simples mercadorias. Na verdade, empresas japonesas controlam a indústria de pérolas, Tailândia e Taiwan já estão planejando expandir indústrias de pesca e aquicultura, vários empresários europeus controlam a indústria do turismo marítimo, enquanto Estados Unidos, Alemanha e Austrália promovem a conservação marinha por meio do “carbono azul”, citando as mudanças climáticas na Indonésia como uma necessidade de proteger áreas marinhas, resultando em toda a privatização dos bancos de pesqueiros tradicionais e/ou zonas costeiras.

Em última análise, a existência de florestas de mangue como cinturões verdes precisa ser protegida por regras rígidas e seu corte para fazendas de camarão deve ser interrompido, bem como aquele destinado a plantações industriais e turismo privado em florestas de mangue, que restringem os direitos dos pescadores tradicionais e das comunidades costeiras. Organizações como a Fraternidade das Pescadoras da Indonésia (iniciada pela KIARA e pela Aliança por uma Aldeia Próspera) têm mostrado que, em vez disso, iniciativas impulsionadas pelas comunidades, por meio das quais os manguezais podem proporcionar renda e garantir o bem-estar das comunidades locais, ajudam a proteger os mangues e devem ser reforçadas.

Abdul Halim, secretário-geral da Coligação Popular para a Justiça Pescas (KIARA) – Indonésia, e-mail: sobatliem007@gmail.com

- Bangladesh: impactos da indústria do camarão sobre as mulheres

(Photo: SSNC)

Os padrões negativos de concentração de terra e intimidação, registrados por uma equipe de investigadores da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC) nas áreas de criação de camarão nos arredores de Khulna, afetam claramente a famílias inteiras cujas terras e meios de subsistência foram destruídos.

A organização Nijera Kori e outros especialistas no campo dos direitos da mulher argumentam que a expansão dos tanques de aquicultura de camarão teria, além disso, um impacto particularmente negativo sobre as mulheres.

Nos arredores de Khulna, onde abundam as áreas de criadouros de camarão, constata-se um aumento da vulnerabilidade das mulheres, estão mais tempo sozinhas, já que seus maridos costumam trabalhar em cidades distantes devido à perda das terras onde tinham suas lavouras. Ademais, para a criação e proteção dos estanques de camarões, os proprietários dos criadouros costumam empregar homens de fora das comunidades locais, gerando um desequilíbrio demográfico que provoca mal-estar em uma sociedade aldeã rural, fechada e tradicional.

A organização social Nijera Kori, de Bangladesh, conta com mais de 200.000 integrantes e tem se oposto ativamente à degradação ambiental e aos abusos contra os direitos humanos por parte da indústria do camarão. Entre suas denúncias, violações e inclusive sequestros de mulheres são relativamente comuns, mas com frequência, difíceis de comprovar. Os testemunhos coletados indicam que, em caso de ataque ou assédio, se a mulher se queixa, é mais provável que o sistema judicial se alinhe com a elite dominada por homens e empresários do camarão do que com a vítima. Essa situação gera uma sensação de desesperança nas mulheres e de imunidade nos homens empregados nas fazendas de camarão, que ganham coragem para cometer assédio e/ou crimes violentos, os quais ocorrem com certo grau de impunidade.

Embora em Bangladesh a violência contra as mulheres esteja muito difundida, Nijera Kori, a partir de seu trabalho em várias áreas costeiras do país, alega que os fatores descritos acima criaram uma situação na qual é mais provável que as mulheres sejam vítimas de violência sexual quando há criação industrial de camarão na área onde moram.

Dos casos documentados pela investigação da SSNC, as denúncias de violação são obviamente os abusos mais extremos para mulheres. Para Sadika Halim, membro da Comissão estatal pelo Direito à Informação para Bangladesh e especialista em direitos das mulheres em todo o país, esses testemunhos não são isolados, e sim fazem parte de um padrão mais amplo de abuso no setor da indústria do camarão.

Essa indústria argumenta que os possíveis empregos nas etapas de coleta da criação, preparação dos tanques e linhas de produção das plantas de processamento dariam às mulheres um certo grau de empoderamento pela possibilidade de receber um salário. Mas esta afirmação é questionada pelos especialistas e entrevistados com os quais a equipe de investigação da SSNC conversou, que sustentam que, geralmente, a indústria do camarão em Bangladesh ameaça os direitos e a segurança das mulheres em todas as etapas do processo de produção.

Sadika Halim afirma: "Diversos estudos sobre a criação de camarões encontraram evidências que

sugerem claramente que são as mulheres e as crianças das comunidades criadoras que mais sofrem, social e economicamente, pela violação de seus direitos humanos, sendo objeto de diversas formas de violência física, inclusive violação e tortura”.

As mulheres que fazem a coleta da criação, por exemplo, frequentemente trabalham por uma renda mínima ou por nada, muitas vezes em uma relação de trabalho forçado com os comerciantes dessa criação, ou “dhadon”, com os quais costumam assumir dívidas. E embora não estejam empregadas, as mulheres do grupo familiar geralmente têm que trabalhar mais porque a criação de camarão foi tomando conta do o território e, por isso, elas se vêm obrigadas a buscar combustível, água não salinizada e alimento em lugares distantes.

Dezenas de indústrias de lagostins funcionam nas periferias das cidades de Khulna e Cox's Bazaar, em Bangladesh. Estas muitas empresas, que com frequência comercializam grandes quantidades de marcas de camarões sob o mesmo teto, obtêm a maior parte de suas receitas por meio do processamento e da exportação de camarões de criadouros, a comerciantes, varejista e, em última instância, aos consumidores de frutos do mar nos países industrializados. Aproximadamente 55% dos camarões criados para a exportação em Bangladesh viajam até a União Europeia, e 35%, aos Estados Unidos. O resto, em grande parte, é vendido ao Japão.

Juntamente com a maioria das indústrias de camarão, a Sobi Fish Processing Industry e a “Jalalabad Frozen Foods” obtêm seus camarões mediante uma complexa rede de comerciantes em diferentes níveis ao redor de Khulna e, por sua vez, fornecem a vários comerciantes na Europa, entre eles, a Seamark, uma enorme empresa com escritórios no Reino Unido.

Numerosas fábricas de processamento de camarão cercam o rio na periferia de Khulna. A equipe da SSNC não conseguiu chegar a essas fábricas devido à forte segurança e às suspeitas com relação aos observadores estrangeiros. Segundo a investigação realizada por Sadika Halim, as mulheres que trabalham nas fabricas processadoras, onde se prepara o camarão para exportação à União Europeia e aos Estados Unidos, enfrentam intimidação, insegurança financeira e riscos à saúde. Com frequência, as fábricas empregam mulheres com contratos de trabalho temporários, o que gera insegurança econômica e impede que elas formem sindicatos ou outras plataformas a partir das quais poderiam lutar por melhores condições em seus locais de trabalho.

Com frequência, as mulheres se convertem em vítimas de assédio e prostituição por parte dos supervisores das fábricas, como forma de ajudar a garantir seus empregos, na falta de contratos formais. Segundo Sadika Halim, ao que parece, as mulheres veem o emprego relacionado ao camarão, seja recolhendo filhotes, limpando tanques ou trabalhando nas fábricas, como o único recurso em uma “situação sem opções”, na qual escasseiam as oportunidades de participação produtiva.

“A produção de camarão não só levou à privação econômica e degradação ecológica das áreas costeiras, mas também marginalizou os mais pobres entre os pobres, que, em sua maioria, são mulheres”, conclui Halim.

Adaptação do capítulo “Cría de camarones a partir de la perspectiva de los derechos de la mujer”, do relatório da Sociedade Sueca pela Conservação da Natureza (SSNC) “Aguas turbias. Investigando los impactos medioambientales y sociales de la industria camaronera en Bangladesh y en Ecuador”,

- Tanzânia: Conservação de manguezais... para o turismo e as grandes empresas

O efeito de concentração de terras causado pelos projetos de conservação raramente é levado em conta na discussão atual sobre a “concentração de terras” global. Na Tanzânia, onde cerca de 40% da área terrestre do país estão sob alguma forma de proteção ambiental, as áreas de conservação têm aumentado constantemente desde os tempos coloniais, levando à perda de terra e acesso por parte de pequenos agricultores, pastores e pescadores.

A Tanzânia tem um litoral de mais de 800 km, caracterizado por uma grande variedade de biótopos, incluindo florestas de mangue. Essas florestas proporcionam habitats que dão sustentação à maior biodiversidade marinha do leste da África. Também proporcionam a base de subsistência para os pescadores das aldeias e cidades costeiras, enquanto os pequenos pesqueiros oferecem importantes alimentos ricos em proteína às populações costeiras e são responsáveis por 95% da captura de peixe.

No entanto, instalações turísticas costeiras estão ocupando trechos cada vez mais extensos dos litorais mais atrativos. As primeiras propostas de áreas de conservação marinhas foram feitas em 1968, após o Parlamento da Tanzânia aprovar a Lei da Pesca de 1970, e com a promulgação de sete pequenas reservas marinhas perto de Dar es Salaam, Tanga e Mafia.

No entanto, por mais de 25 anos, os regulamentos e a promulgação dessas reservas não se traduziram efetivamente em resultados práticos. Na década de 1980 e início da de 1990, os líderes da comunidade na Ilha de Mafia se queixavam de práticas de pesca destrutivas (com uso de dinamite) por parte de forasteiros.

A “Lei de Parques e Reservas” foi aprovada em novembro de 1994 e o parque foi anunciado oficialmente em abril de 1995. Em 1994, a Divisão de Pesca, que recebia financiamento da Norad e do WWF ao mesmo tempo, mostrou um grande interesse em cumprir um papel de assessoria técnica para a criação e a implementação do Parque Marinho da Ilha de Mafia (Mafia Island Marine Park, MIMP), próximo à costa da Tanzânia. Apesar das intenções participativas declaradas e da popularidade dos êxitos iniciais em colaborar com as comunidades locais para impedir a prática destrutiva e impopular de pesca com dinamite, a ênfase de longo prazo do MIMP também está claramente na promoção de novas atividades econômicas.

O Parque Marinho da Ilha de Mafia ocupa uma área de 822 quilômetros quadrados e é o maior parque marinho do Oceano Índico, abrangendo 10 aldeias e habitado por cerca de 15.000 a 18.000 habitantes, dos quais 45% a 65% dependem muito de recursos marinhos para o seu sustento. Os manguezais e as florestas costeiras estão nas “zonas principais”, onde pescadores e habitantes não estão autorizados a acessar qualquer recurso, apesar de essas áreas serem os pesqueiros tradicionais mais ricos, enquanto turistas, empresários hoteleiros e pesquisadores são autorizados a visitar, mergulhar, praticar snorkel e realizar pesquisas nessas áreas. Existem “zonas de uso especificado”, nas quais os pescadores só estão autorizados a usar certos tipos de equipamentos (linhas de mão e armadilhas) e a pesca por não residentes é proibida, enquanto as áreas restantes são chamadas de “zonas de uso geral”, onde a pesca com rede é permitida, mas os tamanhos das malhas são mais restritos do que nas águas costeiras em geral.

Apesar das afirmações sobre o processo participativo para a formulação do Plano Geral de Gestão, e as expressões sobre conservação com base na comunidade, o Plano foi publicado em inglês e não foi traduzido ao suaíli durante sete anos. As declarações sobre conservação baseada na comunidade tiveram alguma importância no período de consulta prévia à formação do MIMP e no período inicial de colaboração com os moradores para combater a pesca com dinamite, mas, nos anos seguintes transformaram-se, principalmente, em retórica.

A administração do MIMP tornou-se cada vez maior, e a gestão interna, o contato com as autoridades nacionais e a ênfase no patrulhamento e reforço de um papel de “policimento” ganharam mais destaque.

Embora alguns moradores de Mafia ganhem mercados para vender produtos aos hotéis e aos funcionários do MIMF, outros realmente obtenham oportunidades de emprego e alguns ofereçam acomodações a pesquisadores visitantes, os empregos mais bem pagos na administração do parque marinho e nos hotéis de turismo são dados principalmente a pessoas de fora de Mafia ou a estrangeiros.

Ao todo, os benefícios vão principalmente para o Estado, para empresas turísticas de propriedade de estrangeiros e para turistas estrangeiros em visita, enquanto as comunidades locais têm alguns ganhos, mas perdem o acesso aos ecossistemas regulados e utilizados de forma tradicional, incluindo as florestas de mangue. Por essas razões, muitos pescadores e moradores das aldeias de dentro do parque expressam decepção e ceticismo em relação à prática da conservação.

Em dezembro de 2008 e fevereiro de 2010, barcos de patrulha do MIMF transportaram soldados do Exército para algumas aldeias. Líderes foram espancados e todas as suas redes de pesca, apreendidas, tanto as legais e quanto as recém-definidas como ilegais. Esse incidente gerou medo considerável, insegurança alimentar e empobrecimento de toda a comunidade aldeã na ilha de Jibondo, e causou muita preocupação em outras aldeias. Isso fez com que as pessoas perdessem muito de seu respeito para com a legitimidade do papel do Estado em relação à conservação marinha. Incidentes semelhantes ocorreram em outras aldeias de Mafia e de outras partes da costa da Tanzânia e, em agosto de 2010, ao tentar confiscar redes dos moradores no escuro, soldados do Exército atiraram em dois pescadores antes do amanhecer, matando um deles na aldeia costeira de Tongoni, no norte da Tanzânia.

Uma nova tendência a desalojamento e acúmulo está ocorrendo ao longo da costa da Tanzânia, onde atores globais buscam um novo conjunto de interesses, incluindo a conservação da biodiversidade, turismo de safári, mitigação das mudanças climáticas, e se beneficiam da terra adquirida por preços baixos, ainda que esses interesses e os investimentos relacionados venham à custa das comunidades rurais cujos interesses na conservação, relacionados à segurança de suas condições básicas de vida, praticadas ao longo de gerações, são ignorados.

Artigo adaptado de “Conservation and Land Grabbing in Tanzania”, de Ian Bryceson, Tor A. Benjaminsen, Faustin Maganga e Tonje Refseth, at http://www.future-agricultures.org/papers-and-presentations/cat_view/1551-global-land-grab/1552-conference-papers?start=20

Início

.POVOS EM AÇÃO

- **Atividades no Dia Internacional de Defesa do Ecossistema Mangue no Equador** - O Centro de Comercialização de Produtos e Revalorização da Cultura dos Povos Ancestrais do Ecossistema Mangue MARTIN PESCADOR é uma iniciativa da Coordenadora Nacional para a Defesa do

Ecossistema Mangue (CCONDEM), da qual participam as organizações dos povos que integram a CCONDEM: organizações de base, frentes, federações e uniões de comunidades dedicadas à pesca e à coleta artesanal de produtos do manguezal.

No Dia Internacional da Defesa do Ecossistema Mangue, o Centro Martín Pescador levou a cabo uma série de atividades de encontro de delegações das províncias, reunião com autoridades de ministérios e agências do Estado e atividades culturais com exposição de gravuras da artista Loli Solis, em homenagem ao mangue, sua gente e sua cultura.

Início

-
- **Mangue, soberania alimentar dos povos costeiros**, foi a palavra de ordem da Redmanglar Internacional, que, na semana de 16 a 26 de julho, realizou diversas atividades na América Latina, celebrando o Dia Internacional pela Defesa do Ecossistema Mangue.

Durante esses dias, representantes de diversas organizações se uniram às comunidades para realizar tarefas de reflorestamento de manguezal e coleta de sementes de mangue. Também foram realizadas entrevistas coletivas, programas de rádio, projeção de vídeos e fóruns sobre a situação dos mangues. Além disso, a Redmanglar Internacional difundiu uma “Carta aberta aos governos de países com presença de ecossistema mangue”, por meio da qual solicita a adoção de “políticas voltadas a deter os projetos e atividades que põem em perigo e ameaçam os territórios marinhos costeiros e a vida das comunidades” que deles dependem. Ver <http://www.redmanglar.org>

Início

-
- **Parem a conversão de florestas de mangue** – A Coalizão Popular pela Justiça aos Pesqueiros da Indonésia (KIARA) celebrou o Dia Mundial dos Manguezais publicando uma nota à imprensa onde “exigia do governo a imediata revogação da licença empresarial ou de projetos de desenvolvimento (plantações de dendê, fazendas de camarão, obras em áreas costeiras e assim por diante) que cause a perda de florestas de mangue. O governo também deveria priorizar seu apoio a iniciativas para reabilitar comunidades pesqueiras de mangue, inclusive em Langkat e Serdang (Sumatra do Norte) e Lombok Oriental, Nusa Tenggara Ocidental, em vez de se ocupar de fazer atividades cerimoniais em resposta à prática cada vez mais difundida de destruir manguezais na Indonésia.

Para mais informações: <http://www.kiara.or.id/hari-mangrove-sedunia-26-juli-2013-hentikan-konversi-hutan-mangrove-dukung-inisiatif-lokal-selamatkan-hutan-mangrove/>

Início

RECOMENDADOS

- “**Langostinos fuera del plato**”, vídeo da campanha da SSNC, disponível em http://www.youtube.com/watch?v=fPD5xQ-SGLw&feature=player_embedded (em espanhol)
- “**Yo vivo en el bosque del manglar**”, vídeo de CESTA/Amigos de la Tierra El Salvador, disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=ZB4lCKXOhSM> (em espanhol, com legendas em inglês)

- “**Llora el Manglar**”, vídeo de Leandro Velasco e PROYDE, ASPA e AZACÁN SERSO Castilla y León, em <http://www.cultureunplugged.com/documentary/watch-online/play/12853/Llora-el-manglar>
- “**Cuestiona tu Langostino**”, vídeo de Mangrove Action Project (MAP), em <http://www.youtube.com/watch?v=wOb9RJmG2w>

Início
